

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.388.716 - RS  
(2018/0283604-4)**

**RELATOR : MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
**AGRAVANTE : INDUSTRIA DE CALCADOS E ARTEFATOS CARIRI LTDA**  
**ADVOGADO : JOSUÉ ANTONIO DE MORAES E OUTRO(S) - RS0028448**  
**AGRAVADO : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PROCURADORA : MARCIA REGINA LUSA CADORE E OUTRO(S) - RS029266**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. ICMS. NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL QUE NÃO ATACA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA.

I - Na origem, trata-se de agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo que objetiva, julgando-se o mérito, a reforma da decisão, ora agravada, proferida nos autos do processo n. 095/1.16.0002632-5, da Vara Judicial Única da Comarca de Estância Velha-RS, para efeitos de que seja desconstituída a penhora incidente sobre o imóvel de propriedade da agravante, em vista do excesso de penhora, bem como para homologar o cálculo apresentado pela agravante.

II - Negou-se seguimento ao recurso especial com base nos óbices de: ausência de prequestionamento (art. 240 do CPC) e Súmula n. 284/STF (quanto à negativa de vigência do art. 805 do CPC). Agravo nos próprios autos que não impugna os fundamentos da decisão recorrida.

III - São insuficientes para considerar como impugnação aos fundamentos da decisão que nega seguimento ao recurso especial na origem: meras alegações genéricas sobre as razões que levaram à negativa de seguimento, o combate genérico e não específico e a simples menção a normas infraconstitucionais, feita de maneira esparsa e assistemática no corpo das razões do agravo em recurso especial.

IV - Incumbe à parte, no agravo em recurso especial, atacar os fundamentos da decisão que negou seguimento ao recurso na origem. Não o fazendo, é correta a decisão que não conhece do agravo nos próprios autos.

V - Agravo interno improvido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do

voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator

Brasília (DF), 02 de abril de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**

Relator

